

Bibliotecas públicas, resiliência organizacional e evolução concetual

Ângela Salgueiro Pereira

Universidade de Évora – IIFA

7000-809 Évora

Programa de Doutoramento em Ciências da Informação e da Documentação

E-mail: maria.ramirosalgueiro@gmail.com

Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira

2400-112 Leiria

E-mail: angela.pereira@cm-leiria.pt

RESUMO

As atuais bibliotecas públicas transportam consigo todo um conjunto de heranças culturais, sociais, políticas e económicas que condicionaram a sua evolução concetual e testemunham a sua capacidade de adaptação institucional às transformações conjunturais das diferentes realidades nacionais em que elas existem. A biblioteca pública é, na sua essência, uma instituição social, sensível às transformações que se desenrolam no contexto social e económico em que ela se materializa e possui igualmente uma faceta política que marcará, logo na sua génese, o seu percurso evolutivo nos diferentes países analisados.

Apresenta-se uma reflexão sobre a natureza e utilidade das bibliotecas públicas recuando essa análise às origens do aparecimento do conceito de Biblioteca Pública. Esta leitura diacrónica do desenvolvimento das bibliotecas públicas pretende identificar os constituintes que compõem o atual modelo e perceber que mutações foram geradas e as suas respetivas causas ao longo deste percurso cronológico.

Numa primeira parte da comunicação serão apresentadas outras realidades nacionais de bibliotecas públicas. Analisar-se-ão as suas origens, a forma como evoluíram, as características comuns e as características específicas de cada realidade sociocultural e política. Numa fase de análise seguinte, confronta-se o modelo das bibliotecas europeias ditas de carácter latino, com as bibliotecas identificadas pela literatura especializada como representantes do “modelo anglo-americano”, elencam-se as razões e apresentam-se as explicações que uma revisão da literatura aponta como causas para o diferente grau de sucesso destas duas realidades de sistemas bibliotecários.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca Pública; Modelo latino; Modelo anglo-americano; Biblioteca Pública - faceta social; Biblioteca Pública - faceta política

INTRODUÇÃO

A presente comunicação é resultante do projeto de investigação que está a ser desenvolvido no âmbito do Programa de Doutoramento em CID da Universidade de Évora. A metodologia utilizada alicerça-se numa

Revisão da Literatura profissional e académica nucleares para o estudo que estamos a desenvolver.

Nas últimas décadas as transformações que se deram na sociedade em que vivemos, quer do foro económico e social, quer do foro tecnológico e informacional foram tão determinantes que as bibliotecas não poderiam deixar de ser afetadas por estas mudanças. Se as alterações iniciais se revelaram essencialmente ao nível dos desenvolvimentos tecnológicos e as bibliotecas foram, melhor ou pior, acompanhando esses desenvolvimentos, atualmente o impacto que as tecnologias da informação e comunicação aportaram à generalidade do contexto social e económico está a afetar as bibliotecas de um modo profundo e a questionar a sua utilidade para o futuro. Assistimos à substituição do paradigma da sociedade industrial pelo da sociedade pós-industrial, cujo eixo da economia é a produção, distribuição e difusão da informação e do conhecimento. Esta mutação de paradigma gerou um ambiente facilitador da criação de novas áreas de negócio ligadas à informação e às tecnologias digitais, algumas delas concorrendo claramente nas tradicionais áreas da atuação das bibliotecas.

As atuais bibliotecas públicas transportam consigo todo um conjunto de heranças culturais, sociais, políticas e económicas que condicionaram a sua evolução concetual e testemunham a sua capacidade de adaptação institucional às transformações conjunturais das diferentes realidades nacionais em que elas existem. A biblioteca pública é, na sua essência, uma instituição social e, por isso, sensível às transformações que se desenrolam no contexto social, económico, político e cultural em que ela se materializa.

Estas questões são tanto mais pertinentes serem analisadas quanto mais efetiva e generalizada se torna a discussão sobre a utilidade das bibliotecas públicas nos dias de hoje e, especialmente, no que se imagina ser o futuro da sociedade atual. Para que servem as bibliotecas públicas? A desmaterialização de processos e suportes e a virtualização crescente da informação e da comunicação estimulou a ideia que no futuro próximo as bibliotecas deixarão de ter utilidade e a perpetuação da sua existência deixará de fazer sentido.

A presente comunicação é fruto de uma reflexão sobre a natureza e utilidade das bibliotecas públicas recuando essa análise às origens do aparecimento do conceito de Biblioteca Pública, porque concordamos com A.-M. Bertrand quando diz que para «comprendre l'identité des bibliothèques publiques aujourd'hui, il faut nécessairement remonter à leur naissance, à leur socle et à leurs fondations» (2010 pp. 56-57). Esta leitura diacrônica do desenvolvimento das bibliotecas públicas pretende identificar os constituintes que compõem o atual modelo e perceber que mudanças foram geradas e as suas respectivas causas ao longo deste percurso cronológico.

A BIBLIOTECA PÚBLICA E AS SUAS “MANIFESTAÇÕES” NACIONAIS

A gênese da biblioteca pública

As Bibliotecas Públicas têm a sua origem no século XIX, século de revoluções e de mudanças político-econômicas, de ascensão do liberalismo e da classe burguesa. Mudanças que vão gerar alterações sociais e culturais decisivas. A educação generalizou-se, o hábito de leitura difundiu-se, o prazer da arte e da música vulgarizou-se. De uma forma progressiva, ao longo deste século, vai-se contrapor à noção do *individuo como súbdito*, a ideia do *individuo cidadão*. Esta nova visão do indivíduo no contexto social e político coloca a tônica na importância da alfabetização, da cultura e da educação que, por sua vez, impulsionarão o desenvolvimento da imprensa e da literatura e o mercado editorial. É, portanto, neste contexto de vulgarização da educação e do acesso à informação que surgem as primeiras bibliotecas ditas públicas. A forma como estas se vão impor institucionalmente em cada realidade sociocultural e política será diferente de país para país, de cultura para cultura.

As bibliotecas públicas dos países do sul da Europa partilham uma herança comum que se exprime pela presença interventiva do Estado na sua fundação e no peso patrimonial das suas coleções bibliográficas. Estas características comuns são tão marcantes que alguns autores levantam a hipótese da existência de «(...) un modèle latin de la bibliothèque comme institution culturelle, qui reflète un moment fondateur de l'histoire de pays (...) qui on vécu un événement identique, la confiscation des biens du clergé» (Bettega, 2008b p. 117). Na realidade poderemos equacionar essa leitura já que a circunstância histórica marca claramente o desenvolvimento destes organismos culturais. Em países como a França, Itália, Espanha e Portugal a influência do pensamento liberal, na defesa e concretização da separação dos poderes do Estado e da Igreja, gerou um movimento de extinção das instituições religiosas, expropriação e nacionalização dos seus bens patrimoniais e colocou-os sob a responsabilidade do Estado.

Em 1830, à semelhança de outros países europeus onde o liberalismo se fazia impor, o poder político espanhol levou a cabo a confiscação dos bens do clero e, em paralelo, decide criar bibliotecas públicas independentes que pudessem receber todo o património bibliográfico e manuscrito e que cumprissem o objetivo político de o tornar acessível. Rapidamente se conclui que não há capacidade financeira estatal para esse propósito. A

urgência da situação obriga a optar-se por outra solução que passa pela criação de um sistema de bibliotecas no seio dos estabelecimentos de ensino superior e liceus. As bibliotecas universitárias foram ricamente dotadas, assim como algumas bibliotecas de liceus em províncias onde não existia universidade. Porém, a questão da criação de bibliotecas públicas continuou a colocar-se. Anos mais tarde, em 1857, no decorrer de um novo período progressista, o governo retoma a ênfase das bibliotecas e aprova a *Ley de Instrucción Publica de Claudio Moyano* (Gómez Hernández, 1993; Escolar Sobrino, 1990 pp. 440-441). A lei consagra vários artigos às bibliotecas públicas considerando-as como elemento de consolidação da alfabetização e um dos meios estratégicos para a manutenção da capacidade leitora dos cidadãos (Gómez Hernández, 1993). Era no sentido da concretização desse objetivo que a Lei de Moyano defendia a existência de pelo menos uma biblioteca pública em cada província e que estas deveriam possuir livros úteis, que atendessem às características das localidades a quem se destinavam (Gómez Hernández, 1993 p. 14; Bettega, 2008a p. 14). A lei é inovadora para a época mas o contexto político da 1.ª metade do século XIX da história espanhola é muito instável e a aplicação da legislação levará ainda alguns anos a concretizar-se. As bibliotecas públicas só terão um verdadeiro impulso após a Revolução burguesa de 1868 que vai incentivar a criação das bibliotecas populares no seio das escolas ou municipalidades, onde muitas vezes são os professores a assumir o ofício de bibliotecários (Bettega, 2008a p. 15; Escolar Sobrino, 1990 p. 443). Estas bibliotecas deveriam oferecer obras de apoio ao ensino primário e obras que veiculassem conhecimentos úteis de carácter prático. Recomendavam-se sessões de leitura em voz alta à população, com a leitura de textos acompanhada pela explicação dos conteúdos - as «lecturas populares». E esperava-se que os municípios tomassem a iniciativa de atualizar a coleção comprando livros. Entre 1869 e 1870 foram doadas mais de 20 000 obras e criaram-se 93 bibliotecas, mas nem sempre os livros eram os adequados aos objetivos pretendidos. Passada esta euforia deixaram de se inspecionar as bibliotecas, não se criaram mais, nem se continuou a estimular as existentes. Muitas bibliotecas haviam sido solicitadas pelos municípios por motivos eleitorais mas aquilo que ofereciam não deveria entusiasmar muito a população que, por sua vez, também não deveria apresentar elevados hábitos de leitura. Estas bibliotecas foram desaparecendo após caírem no esquecimento (Escolar Sobrino, 1990 pp. 446-447).

Em Itália, a gênese das bibliotecas públicas é marcada igualmente pela confiscação dos bens do clero, porém, o caso italiano vai evoluir de modo diferente devido à estrutura administrativa e ao contexto político que culmina na Unificação italiana. Graças à sua história, a Itália nunca teve uma verdadeira capital cultural. Em cada região do país foram criadas bibliotecas com valor patrimonial importante e expressivo para a identidade cultural da nação. No século XIX, quando se definiu a atual organização das bibliotecas públicas dependentes da administração central do Estado, foi encarado como natural qualificar de nacionais as bibliotecas das antigas cidades dos Estados italianos antes da Unificação (Messina, M., 2002 *apud* Bettega, 2008b, p. 118). Talvez por esta razão, vários autores italianos sublinhem a ambiguidade do termo biblioteca pública

em Itália, muito frequentemente utilizado para denominar as bibliotecas de propriedade pública, diferentemente do conceito anglo-saxão de *Public library*, ou seja, biblioteca para todos os públicos (Bettega, 2008b p. 117). A centralização que resulta da nacionalização das bibliotecas dos diversos Estados antes da Unificação impedirá que as bibliotecas públicas se firmem localmente, o Estado é obrigado a assumir a gestão direta de um grande número de bibliotecas, opção que no futuro se revelará muito penalizadora pois irá dispersar o investimento dos dinheiros públicos (Bettega, 2008b p. 119) enfraquecendo a atuação do Estado nas suas bibliotecas. Essa forte componente patrimonial das bibliotecas italianas levou a olhá-las como instituições de grande riqueza, quer pelo valor da herança patrimonial, quer pelo seu papel na memória da vida cultural da nação e que urgia conservar e salvaguardar. Outros fatores contribuíram igualmente para a não valorização das bibliotecas junto das populações, como a ausência de uma ligação administrativa estável no seio do Ministério da Instrução Pública que possibilitasse a concretização de políticas bibliotecárias e as constantes limitações financeiras que se refletiam nos subsídios atribuídos às bibliotecas e à valorização do trabalho dos bibliotecários.

Em França, a confiscação dos bens ao clero consequente da Revolução Francesa no final do século XVIII coloca o problema das bibliotecas públicas mais cedo. O património bibliográfico vinha-se acumulando e urgia uma tomada de decisão. O decreto de 28 de janeiro de 1803 resolve o problema confiando o conjunto dos livros impressos e manuscritos às comunas. Mas o decreto apenas previa a obrigação das municipalidades em receber o património bibliográfico e este, pelo seu lado, apenas era útil aos estudos eruditos e implicava um trabalho de organização de longa duração do qual as autoridades não tinham tomado consciência (Bettega, 2008a p. 30). Estas bibliotecas nasceram para evitar que se perdesse o património bibliográfico herdado com a Revolução Francesa que, para todos os efeitos, se considerava património nacional. Por esta razão, a principal preocupação das autoridades foi a inventariação dos fundos e os seus profissionais concentraram o seu esforço nessa tarefa. As bibliotecas francesas durante este século vão estar de costas voltadas para as necessidades da população e afastadas do movimento que estava a desenvolver-se em Inglaterra e nos Estados Unidos (Escolar Sobrino, 1990 p. 423). Porém, analisando o caso francês podemos concluir que a ligação municipal das bibliotecas públicas vai permitir ao Estado a assunção do papel de organizador, diferentemente do papel de gestor do Estado italiano e, verificamos que a opção pelas bibliotecas municipais para a receção dos fundos bibliográficos expropriados resulta numa paisagem institucional uniforme e no surgimento de uma instituição cultural não influenciada pelas estruturas de ensino, contrariamente ao caso espanhol (Bettega, 2008a p. 31). A biblioteca pública em França vai surgir da combinação de dois modelos existentes no século XIX: as bibliotecas eruditas e as bibliotecas populares. As primeiras são as bibliotecas municipais, afogadas pela avalanche das coleções confiscadas e, em consequência, monopolizadas pelo tratamento técnico e pela conservação do património. As segundas foram criadas e sustentadas por militantes

da educação popular, por associações, pelos municípios ou pelo patronato cristão. Foram surgindo no território até ao século XX, chegando a ser mais de 3000, no entanto, eram objeto de muitas críticas, os espaços insuficientes, as horas de abertura limitadas, dependiam de voluntários sem qualificação e o investimento era tão reduzido que os fundos estavam muito deteriorados e desatualizados (Bertrand, 2010 pp. 77-78).

Em Portugal, a revolução liberal é contemporânea das suas congéneres europeias. Na sequência da confiscação de bens ao clero cria-se, em 1834, o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, o organismo público que irá receber as livrarias expropriadas e será responsável pela sua redistribuição às bibliotecas que as instituições públicas ou privadas fossem criando. Esta gestão do património bibliográfico visava o alargamento do conhecimento a vastas camadas da população e assumiu-se como objetivo nacional a criação de uma biblioteca pública em cada capital de distrito, uma biblioteca especializada em cada secretaria de Estado, uma biblioteca geral em cada liceu e a criação de bibliotecas nas mais diversas instituições científicas, educativas, culturais, profissionais. Para a concretização deste objetivo a política de afetação dos acervos aplicava os seguintes critérios: as tipologias das instituições correspondem às tipologias dos livros; deveria ser dada primazia às instituições públicas e as instituições privadas apenas recebiam livros a título de depósito. Este objetivo enfrentou muitas dificuldades, primeiro a conjuntura não era favorável, dificuldades financeiras e políticas, depois, a própria natureza conventual dos acervos bibliográficos não era a mais adequada ao sucesso do objetivo. Durante todo este processo a distância entre aquilo que é legislado, o que se consegue concretizar e os resultados obtidos é muito expressiva. O fundo inicial dessas bibliotecas teria necessariamente de ser atualizado após a sua criação, o que raramente aconteceu, a dimensão dos fundos dos antigos conventos nas bibliotecas levou-as a desenvolver funções de conservação. Apesar das limitações, esta política de distribuição de património bibliográfico e de criação de bibliotecas vai esboçar um novo modelo de biblioteca. «O liberalismo consubstancia assim a emergência da noção de biblioteca pública por oposição ao modelo de biblioteca privada que vigorava no antigo regime (...)» (Barata, 2005 p. 46). Este processo de criação de bibliotecas públicas ficou muito aquém do esperado, eram poucas as bibliotecas criadas, os seus fundos eram muito arcaicos, o seu horário desajustado para as classes trabalhadoras, serviam apenas o público erudito e estavam quase sempre vazias. Numa atitude contrariante são criadas as bibliotecas populares, frequentes nos países latinos do século XIX, abertas a todos e destinada a classes mais humildes, em complemento da escola e como uma estratégia de moralização da classe operária. Estas bibliotecas vão surgir ora associadas às escolas e utilizadas como complemento da instrução elementar, ora associadas aos municípios e organizadas por beneméritos locais (Rebelo, 2002 pp. 104-105). Porém as bibliotecas populares não se mostraram mais adaptadas do que as bibliotecas públicas, com «escassos recursos, equipamentos medíocres, horários reduzidos e com responsáveis nem sempre bem esclarecidos e preparados para a acção educativa» (Rebelo, 2002 p. 164), no final do século estas bibliotecas estão em crise.

O surgimento das bibliotecas públicas nos países anglo-americanos não terá como marca incisiva a integração nas suas coleções de património bibliográfico oriundo das instituições religiosas e isso será determinante na constituição do seu modelo de biblioteca. Em Inglaterra, durante o século XIX, para além das bibliotecas paroquiais que já se encontravam implantadas no terreno, vão desenvolver-se as bibliotecas orientadas para a formação profissional, inseridas nos *Mechanic Instituts* [1] e que vêm responder às necessidades de informação de um novo grupo de leitores. Estas bibliotecas multiplicam-se rapidamente e em meados do século já existiam várias centenas, fruto da filantropia das comunidades. Os seus defensores viam nelas um instrumento de reforma social, de educação cívica e de conveniente utilização do lazer. Em 1850, com resistência por parte de alguns elementos da sociedade, foi aprovada a *Public Libraries Act*, uma lei que permitia aos municípios com mais de 10 000 habitantes estabelecerem bibliotecas públicas gratuitas com base na aplicação de uma taxa para a sua construção. Isto não quer dizer que o desenvolvimento das bibliotecas públicas tivessem uma aceitação social unânime logo de início, os opositores a esta lei estiveram sempre muito presentes, alertando para os perigos das bibliotecas podendo estas tornarem-se escolas de agitação social (Escolar Sobrino, 1990 p. 410). Estavam, no entanto, lançadas as bases para o desenvolvimento das bibliotecas públicas no Reino Unido.

Os Estados Unidos são uma nação de emigrantes e o nascimento e desenvolvimento de bibliotecas públicas não foi tão polémico quanto em Inglaterra. A sociedade americana acreditava, na sua generalidade, que a perfeição do homem se obtinha com o ensino e a leitura e que estas deveriam ser gratuitas e pagas pelos dinheiros públicos. As primeiras bibliotecas públicas norte-americanas vão surgir na 1.^a metade do século XIX, sustentadas pelos dinheiros da administração local e abertas a todos os membros da comunidade, gratuitamente e em horário muito alargado. Estas bibliotecas rapidamente cresceram quer pelas doações recebidas, quer porque as comunidades locais lhes disponibilizavam recursos. Eram encaradas como complementos da escola pública, instrumentos de educação dos imigrantes e de preparação das pessoas para as novas profissões. Sendo assim, multiplicaram-se as legislações estatais que autorizavam a sua criação. Todavia a expansão das bibliotecas fez-se mais lentamente do que o esperado. A grande mudança nos Estados Unidos a favor da sua expansão dever-se-á ao grande desenvolvimento económico do país e à intervenção de benfeitores, dos quais se destaca Andrew Carnegie [2] (Escolar Sobrino, 1990 pp. 412-413). Um outro aspeto a salientar é o triplo objetivo em que se funda: formar cidadãos; instruir operários e americanizar emigrantes, ou seja, desde a sua génese que a missão nuclear das *Public Libraries* norte-americanas é a educação de adultos (Bertrand, 2010 p. 162).

O Século XX

O século XX assiste a um multiplicar de bibliotecas e respetivas associações profissionais. Embora não de forma linear, o século vai caracterizar-se pelo crescimento do nível de vida das pessoas, o aumento de leitores, o desenvolvimento e democratização da

educação, o crescimento da produção editorial e a crescente importância da informação. Esta «expansão» de bibliotecas não se limita aos países europeus ou americanos alarga-se também aos restantes continentes. Os bibliotecários, por seu lado, na maturação da sua atividade profissional contribuem para a diversificação dos tipos de bibliotecas em função de necessidades de informação e segmentos de públicos específicos [3]. Paralelamente ao desenvolvimento das bibliotecas, multiplicaram-se as associações profissionais. As primeiras associações surgem nos países anglo-americanos ainda no século XIX, a ALA [4] em 1876 e a LA [5] em 1877 e vão dar início um período propício ao associativismo bibliotecário nacional e internacional.

Ao longo do século, as bibliotecas públicas foram ampliando a sua incidência social, especialmente nos países anglo-americanos. A população-alvo é maioritariamente o cidadão médio ou segmentos de público específicos que é necessário socialmente integrar. Tornaram-se igualmente instituições ao serviço da educação coletiva e individual (Escolar Sobrino, 1990 p. 474). Sendo instituições marcadamente sociais, as bibliotecas ficam sujeitas aos acontecimentos que têm implicações sociais, políticas e económicas pelo que os anos das guerras e a crise económica foram períodos muito penalizadores. Com o fim deste ciclo e o início do pós-guerra, as bibliotecas foram olhadas pelos governos como excelentes instrumentos de paz e democracia e os sistemas bibliotecários nacionais reforçaram a sua organização territorial (Escolar Sobrino, 1990 p. 476).

Olhemos o movimento das bibliotecas públicas durante o século XX na ótica nacional. O percurso das bibliotecas públicas espanholas continua a caracterizar-se por avanços e recuos, acompanhando o ritmo da sua história nacional. A Segunda República, que durou um curto período (1931-1939), mesmo assim, deixou uma marca de modernidade, materializada na publicação de um decreto que intentava estabelecer as Bases de um plano de organização para as bibliotecas - «Proyecto de Bases de un Plan de Organización de Bibliotecas» da responsabilidade de Maria Moliner (1938). O projeto tinha um carácter inovador e «(...) avait le mérite de poser les bases d'une véritable organization des bibliothèques publiques en dehors du système éducatif et dans un cadre d'une coordination provinciale et nationale» (Bettega, 2008a, p. 17), mas as reveses políticas do país e a Guerra Civil, impediram a sua concretização. Com a subida ao poder do Franquismo, as bibliotecas públicas vão viver um período de declínio. Os instrumentos de organização que o regime anterior tinha criado foram desfeitos e substituídos por outros que, devido à falta de meios humanos e financeiros, mas especialmente de vontade política, dificilmente funcionaram. O Franquismo irá exercer uma forte pressão na diversidade cultural através da sua vontade em consolidar uma cultura espanhola enfatizando a cultura popular e o folclore. As bibliotecas que tinham sido apanágio das políticas culturais do anterior regime republicano, são ignoradas pelo regime franquista que se concentra na criação de Casas da Cultura que não incluíam bibliotecas. Em 1978, período pós-Franquismo, o Ministério da Cultura leva a efeito um inquérito nacional concluindo que 98% da população nunca entrou numa biblioteca. Estes dados são reveladores do impacto das políticas culturais

do regime franquista e a situação vai despoletar um novo interesse pelas bibliotecas e pelo desenvolvimento de uma política a favor da sua construção, reabilitação e extensão. A sua gestão passa para as autonomias mas o Estado vai continuar a desempenhar um papel importante no seu desenvolvimento (Bettega, 2008b, pp. 126-127). Outro aspeto significativo, é o facto de, para além da legislação nacional sobre bibliotecas, as autonomias criarem a sua própria legislação (Bettega, 2008b p. 128; Mañà Terré et al., 2001 pp. 74-75) respeitando, logicamente, as leis juridicamente superiores. A rede de bibliotecas vai igualmente complexificar-se, as autonomias ficam responsáveis pela política das bibliotecas no seu território, participam na sua criação e no seu funcionamento baseado em acordos com as autarquias locais que têm um papel preponderante no funcionamento destas (Mañà Terré et al., 2001 p. 75). O papel organizador do Estado vai ser fundamental.

Em Itália, as bibliotecas públicas trazem uma herança patrimonial pesada consigo e o Estado, fruto das circunstâncias políticas vê-se responsável por 46 bibliotecas espalhadas por todo o país. No caso italiano vamos verificar que muitas dessas bibliotecas teriam ganho ter ficado sob tutela das coletividades locais devido ao seu carácter de interesse local. «La réalité administrative coincide rarement avec la réalité des usages des bibliothèques. Il existe des bibliothèques d'État qui sont des bibliothèques d'intérêt local et des bibliothèques de collectivités territoriales qui sont des bibliothèques de recherche» (Bettega, 2008a p. 26). Esta situação de multiplicação de bibliotecas estatais pelo território é responsável pela grande dispersão dos fundos públicos atribuídos às bibliotecas. Durante o período fascista, à semelhança do que acontece em Espanha e em Portugal, a ênfase é dada na cultura popular. O sistema bibliotecário italiano irá falhar nas tentativas de classificação das suas bibliotecas, estas estarão serão limitadas pela grande falta de meios e pela pesada centralização do sistema. Sem uma política de estratégia nacional para as bibliotecas, chega-se ao absurdo de se criarem anexos de bibliotecas nacionais em comunidades onde os serviços locais de bibliotecas deveriam ser apoiados em vez de ter concorrência. A ideia de que a biblioteca é um bem a conservar em vez de um serviço destinado a servir as exigências de uma comunidade local é assumida pelos administradores locais e pelo público em geral em Itália (Bettega, 2008a, p. 27). O peso da herança patrimonial nas bibliotecas italianas tem sido muito penalizador para o desenvolvimento das suas bibliotecas públicas.

A rutura com o passado erudito das bibliotecas públicas

A conjuntura francesa da 1.^a metade do século XX, enquadra-se no contexto europeu que não foi favorável a uma mudança e modernização das suas bibliotecas públicas municipais cujo o carácter erudito continua como tónica dominante. A grande viragem no modelo francês dar-se-á nas décadas de 70-80. As bibliotecas municipais passam a estar ligadas ao Ministério dos Assuntos Culturais encaradas como estabelecimentos culturais e utensílios da política cultural. O «modelo americano» é adotado neste período e começam-se a observar traços das *Public Library* nas bibliotecas públicas municipais: livre acesso às prateleiras; secções

infantis e secções de imprensa; livros práticos; literatura, música e cinema de vulgarização; interesse por públicos específicos como deficientes, hospitalizados e reclusos; organização em bibliotecas centrais e anexos. Isto marca uma rutura com o seu passado de biblioteca erudita (Bertrand, 2010, pp. 160-161) herdeira dos fundos patrimoniais expropriados pela Revolução Francesa. Mas mesmo assim, são possíveis identificar diferenças entre os dois países como explica Bertrand «les différences sont sensibles – et pas seulement dues à des effets de taille. Je vais insister ici sur trois registres dans lesquels ces différences sont manifestes : les publics, les collections, l'image de la bibliothèque». (Bertrand, 2010, p. 161) Analisemos a questão dos públicos muito importante nesta análise. As *Public Libraries* são frequentemente apelidadas de universidades do povo e desde a sua génese, como referimos anteriormente, o seu carácter educativo está muito presente. Nestas bibliotecas podemos observar serviços como o *Reference Librarian* ou espaços para fazer os trabalhos de casa, e atividades no âmbito da formação ao longo da vida, como cursos de inglês para emigrantes. A tónica na faceta educativa das bibliotecas americanas é fortíssima. Porém, em França, todo o trabalho de promoção da leitura infantil que se vai desenvolver na década de 70 coloca a tónica da cultura-prazer [6], naquilo que se pode fazer e que não esteja ligado aos programas escolares. Mais tarde, na década de 90, confrontados com o crescimento da iliteracia reequacionam-se as opções: as coleções são reforçadas com livros de informação e manuais, aumenta a colaboração com as bibliotecas escolares, introduzem a prática de ajuda nos trabalhos escolares. Outro aspeto forte no modelo americano é o acolhimento dos indivíduos como função prioritária, os horários alargados, o acolhimento à distância (serviços em linha), acesso à Internet, serviço de referência à distância *Ask a Librarian*. Da parte da maioria das bibliotecas francesas as propostas são muito mais modestas: o catálogo em linha e a divulgação de atividades culturais. O acolhimento das comunidades está igualmente nas prioridades das bibliotecas americanas e é uma preocupação que vem desde a sua génese e com as devidas adaptações ao tempo presente, se no século XIX a missão era a americanização dos imigrantes, hoje esta missão promove as diferenças culturais e étnicas. Em França as minorias para as quais as bibliotecas trabalham não são étnicas mas económicas, socioculturais e estatutárias [7], neste sentido, desde os anos 80, que se promovem políticas para atrair aqueles que estão afastados do livro e da leitura.

Olhando as coleções, A.-M. Bertrand, refere que as bibliotecas não apresentam os mesmos fundos e que as coleções são constituídas diferentemente. Os Estados Unidos, nação de imigrantes na sua essência, precisa de uma história partilhada, e as *Public Libraries* desenvolvem fundos de história local dirigidas a todos os públicos, no entanto, estes fundos não são a parte identitária dessas bibliotecas. Em França o peso da conservação nas bibliotecas municipais é de tão grande dimensão que desempenha um papel fulcral no modelo de biblioteca e coloca-se mesmo a questão se este peso não seria a causa da sua inércia. Quando se analisa a questão da orientação a dar à constituição das coleções e dos recursos a comprar, também não existe um acordo entre os bibliotecários dos dois países. O contexto

orçamental em baixa e o contexto social que apela ao respeito pela diversidade têm inclinado os bibliotecários americanos para uma resposta à procura. A sua política consiste em dar aos utilizadores o que eles querem e colocar a tónica na constituição de coleções populares, best-sellers e audiovisual. Da parte dos bibliotecários franceses, mesmo com a abertura à mudança, continuam a acreditar que nem todos os documentos têm lugar nas coleções das bibliotecas porque cedendo às pressões e gostos do dia-a-dia, as bibliotecas arriscam-se a não cumprir a sua missão cultural e social (Bertrand, 2010 pp. 178-179).

Um último aspeto a analisar é a imagem da biblioteca quer a sua presença no imaginário social e nas práticas e estereótipos quotidianos, quer quanto à sua ausência e reações sociais geradas por esse facto. A presença das *Public Libraries* na ficção é frequente. Em França e nos países do sul europeu não encontramos equivalente. «Cette présence beaucoup moins courante de la bibliothèque, de l'usage de la bibliothèque, reflète évidemment une moindre culture de la bibliothèque» (Bertrand, 2010 p. 186). A biblioteca municipal em França encontra-se muito distanciada da população para suscitar a sua mobilização. A diminuição dos orçamentos públicos e a concorrência da Internet alimentam os discursos que justificam o fecho das bibliotecas, ou o seu enfraquecimento. Mas não podemos esquecer o seu carácter público cuja primeira obrigação é fornecer igualdade de acesso à informação e ao mundo do saber, o seu futuro está no facto de ela ser pública e um bem comum (*public good*), argumento raramente utilizado em França (Bertrand, 2010 p. 188).

O caso português

Em Portugal, com a implementação da República o interesse pelas bibliotecas volta a estar na ordem do dia. «A visão republicana para este sector de actividade, enquadrado num amplo campo da instrução pública foi, sem dúvida, muito fecunda em estudos, produção de textos e promulgação de leis com vista à afirmação de uma área considerada estratégica para o regime político em vigor» (Ribeiro, 2008 p. 3). Mas a conjuntura económica do país não permitiu a concretização desse ideal e a carência de recursos financeiros e humanos coartou a concretização de uma rede nacional de bibliotecas populares e móveis. Com a mudança de regime político e a subida ao poder de um novo governo vão surgir mudanças nas políticas direccionadas para a instrução e cultura e os «ideais republicanos em prol de uma cultura erudita, coexistindo com a instrução do povo, veiculada em grande parte pela difusão do livro e da leitura, por meio das bibliotecas populares, não vão ter seguidores (...)» (Ribeiro, 2008 p. 4). As primeiras medidas legislativas deste regime tomaram uma direção muito restritiva apontando como razão a necessidade racionalizar recursos por necessidades de ordem financeira. Vemos aqui uma semelhança aos casos Espanhol e Italiano durante os regimes de ditadura. Mas a reforma de 1927, não serviu só para legislar acerca da organização da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos e organismos dependentes, mas revela alguns aspetos inovadores como, a intenção de organizar uma Conferência Inter-bibliotecária e arquivística bienalmente e cujas comunicações seriam publicadas nos Anais das Bibliotecas e Arquivos e, ainda, a publicação em anexo das Normas para o Serviço de

Catálogo (baseadas no trabalho de Raul Proença). Em paralelo, reestruturaram-se os serviços da Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis para dotar a Biblioteca Popular de Lisboa de um sistema especial de serviços que lhe permitisse gradualmente lançar pelo país uma rede de leitura e cultura popular. Por seu lado as bibliotecas populares passariam a ter receita própria fornecida pelas regiões. Estas medidas que assumiam o objetivo de dar maior autonomia às bibliotecas, resultaram na prática numa desresponsabilização do Estado por este setor e não favoreceu o desenvolvimento da rede pois as bibliotecas populares ficaram sem o apoio financeiro imprescindível. Neste período vão envidar-se esforços para a concretização de uma Lei de bases das bibliotecas e arquivos que organizasse o setor. O decreto n.º 19.952 de 27 de junho de 1931, reforça o poder centralizador da Inspeção das Bibliotecas e dos Arquivos quer no âmbito das suas funções de orientação, quer de fiscalização, toma também medidas para uma melhor organização dos serviços com a proposta de uma classificação dos estabelecimentos. Esta classificação tinha como objetivo permitir uma maior facilidade na decisão sobre o destino a dar aos núcleos de manuscritos a incorporar e aos impressos a adquirir, visava, portanto, introduzir alguma economia na aquisição de bibliografia. «(...) o diploma de 27 de junho de 1931 configura-se como uma verdadeira “lei de bases” para o sector bibliotecário e arquivístico. Tem uma abrangência até então nunca plasmada na lei e procura abarcar todo o tipo de serviços de informação/documentação, inseridos numa classificação que é estabelecida, tanto para o sector das bibliotecas como para o sector dos arquivos» (Ribeiro, 2008 p. 11). O diploma manteve-se em vigor durante mais de três décadas, durante esse período as atividades da Inspeção vão perdendo dinamismo e centrar-se na gestão corrente. A conjuntura europeia também não será alheia a esta estagnação das bibliotecas que só verá alguma tentativa de mudança no período do pós-guerra e na sequência do Plano de Educação Popular (Melo, 2006, p. 154) que tinha como objetivos combater o absentismo escolar para baixar os níveis de analfabetismo dos jovens e desenvolver uma campanha de alfabetização dos adultos ativos. Uma das estratégias adotadas foi a criação de bibliotecas no seio das Escolas Primárias que, à época, seria a infraestrutura do estado com maior capacidade para as receber. O projeto previa igualmente uma Biblioteca Central no Ministério da Educação que teria disponíveis os conjuntos de livros destinados ao recheio dessas bibliotecas distribuídas pelo território nacional e privilegiando as zonas rurais. Outras instituições poderiam beneficiar igualmente destas bibliotecas, como as casas do povo, associações, sindicatos, etc. As coleções, claro está, eram alvo de seleção criteriosa (Melo, 2006, p. 162). Mais uma vez o esforço relativo à expansão das bibliotecas e da leitura ficou comprometido. Nem havia adesão por parte das autoridades locais para fomentarem a difusão das bibliotecas, nem existia uma estrutura consistente de bibliotecas públicas suportadas pelo Estado que pudessem renovar as coleções e estimular a operacionalidade destas pequenas bibliotecas rurais (Melo, 2006, p. 169). Face à dificuldade constante do Estado não conseguir concretizar uma política consistente e duradoura do setor das bibliotecas, vai emergir da sociedade civil uma iniciativa de concretizar um projeto de leitura pública com ambição nacional que desempenhará um papel fundamental, a rede de

bibliotecas itinerantes e fixas da Fundação Calouste Gulbenkian. O projeto enquadrava os princípios básicos das bibliotecas públicas modernas: serviço gratuito para todos, empréstimo domiciliário, livre acesso às estantes e a sua finalidade era educativa, cultural e recreativa. Apresentava ainda outras características inovadoras para Portugal, o serviço assentava numa rede de bibliotecas itinerantes (1958) e da procura do leitor pelas bibliotecas. As coleções a oferecer serão generalistas nas temáticas, plurais na oferta de conteúdos e tendo em vista três segmentos etários de leitores - infância, adolescência e maioridade (Melo, 2005 p. 67). Outro aspeto importante e estratégico será a procura de parceiros locais para a consolidação da rede, normalmente os municípios mas também algumas associações. Mais tarde as unidades itinerantes passarão a dispor de unidades fixas (década de 60) dispersas pelo território nacional e que serviam de apoio local à itinerante. A relações da FCG com as entidades exteriores em partilhar tarefas não foram fáceis, por outro lado, as entidades cooperantes tendiam a não cumprir o acordo, mas por outro, foi desta articulação com as entidades locais que se deveu o sucesso da atividade de Leitura Pública da FCG. «A construção de uma estrutura de leitura pública em Portugal foi obra pioneira de uma instituição da sociedade civil (...)» (Melo, 2005 p. 84) mas mesmo assim não foi o esforço necessário.

Na década de 80, o estado das bibliotecas públicas portuguesas não era o ideal. Em todo o território nacional que se organizava em 275 concelhos, existiam apenas 70 bibliotecas que cobriam o território correspondente a cerca de 54% da população (Nunes, 1986 pp. 8-9). Mas o problema não estava apenas na cobertura territorial. O valor da biblioteca determinava-se pelo volumes da sua coleção e pela raridade e antiguidade das suas edições. Em regra não praticavam o Livre Acesso nem o empréstimo domiciliário. Os edifícios eram velhos, acanhados e desconfortáveis. A sua atuação estava virada para uma elite intelectual e para os estudantes. Os recursos humanos eram diminutos e muito pouco especializados e as bibliotecas estavam alheadas da comunidade e a comunidade delas. Esta situação levou à apresentação pública de um *Manifesto*, em 1983, por parte dos bibliotecários públicos que afirmavam «Não dispomos de um verdadeiro sistema bibliotecas públicas, mas sim de um conjunto instituições mortas, sem qualquer tipo de relação entre si ou com o meio». «A Leitura Pública (...) é condição indispensável para a participação democrática de cada indivíduo no desenvolvimento da sociedade.» Ao Estado «não será (...) rentável estar a investir verbas no ensino se ao mesmo tempo não criar condições para o desenvolvimento e integração dos conhecimentos aí adquiridos (...)». A situação das bibliotecas portuguesas resultava da inexistência há diversos anos de uma Política Nacional de Leitura Pública. (Nunes et al., 1986, p. 9). A conjuntura política em que esta tomada de posição surge revela-se propícia. Portugal era um estado democrático, iria integrar a CEE em breve e, em 1985, no programa do *X Governo Constitucional* pode ler-se: «Dinamizar uma política nacional do livro através de um conselho coordenador que integre todos os organismos oficiais intervenientes nesta área». Um ano mais tarde, o *Despacho 23/86* da Secretaria de Estado da Cultura vai criar um grupo de trabalho para estudar a situação e propor um projeto

para a Política Nacional de Leitura Pública. Esta medida é extremamente inovadora e vai obter resultados práticos. A proposta do grupo de trabalho tem as seguintes linhas de orientação base: criação de bibliotecas públicas numa parceria entre o Estado e o Municípios, com partilha de investimento financeiro e o cumprimento de exigências mínimas do Programa para a criação de bibliotecas. O programa não esquece ainda alguns dos aspetos fulcrais para a dinâmica de uma biblioteca pública: as coleções, as áreas funcionais, os equipamentos e os recursos humanos. A Política Nacional de Leitura Pública, diferentemente de outras, consegue ainda obter uma continuidade política na sua concretização, o que em si é outra inovação no contexto português. São construídas centenas de bibliotecas ao longo de 20 anos. Neste percurso de criação de bibliotecas públicas testemunha-se a confluência de várias circunstâncias que se tornaram críticas para o seu sucesso e concretização, nomeadamente, uma geração de profissionais tocados pelas novas correntes bibliotecárias que se fazem sentir no exterior; um poder político recetivo à criação de bibliotecas públicas; a oportunidade de financiamento que os programas comunitários vão permitir à Administração Central e Local, o alargamento da escolaridade básica e a diminuição do analfabetismo.

O MODELO PORTUGUÊS DE BIBLIOTECA PÚBLICA

O modelo proposto pelo Estado através do Programa para a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas afigura-se um modelo muito imbuído das ideias do movimento de Leitura Pública que surgira em França nas décadas de 70-80. Mas como este percurso comparativo nos tem vindo a revelar, a aplicação de modelos de biblioteca à realidade social gera nuances no seu desenvolvimento que fazem das bibliotecas organismos em evolução [8]. A biblioteca pública hoje é concebida como uma biblioteca aberta a todos ao públicos, no entanto, nos países latinos foi historicamente uma biblioteca cujas coleções pertencem à história nacional e são reflexo desta última (Bettega, 2008a, p. 27). No caso português, as atuais bibliotecas municipais foram, na sua maioria, criadas de raiz, como tal o peso das coleções patrimoniais apenas se colocará em alguns casos [9]. Outro aspeto que importa sublinhar é a importância da ancoragem local na criação destes organismos e pudemos perceber como essa ausência foi penalizadora para a Itália, por exemplo. A opção de cooperação com os Municípios que o Estado português tomou para a concretização de uma rede nacional de bibliotecas públicas, foi aquela que historicamente se verificou mais adequada. Mas o que fálhou nesta estratégia? Olhando novamente para o percurso histórico das bibliotecas nos vários países analisados, verificamos que a consolidação das bibliotecas públicas é acompanhada por um enquadramento legal que as salvaguarda e lhes dá a garantia de desenvolvimento. Ao atual contexto português ainda falta o enquadramento legal. Os exemplos da Espanha e da França, dão-nos ainda um outro tópico, a importância de uma Política Nacional que defina os papéis dos Municípios, das Regiões e do Estado no âmbito da sua atuação para com as bibliotecas públicas. A definição de papéis e responsabilidades permitiu um trabalho em rede e o desenvolvimento de parcerias entre os vários níveis administrativos e as várias bibliotecas. Em Portugal a definição de responsabilidades colocou-se

apenas na fase de criação de bibliotecas e no âmbito dos Protocolos assinados entre os Municípios e o Estado. Não ficou declarada uma Política Nacional para o desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Públicas após a sua inauguração. E finalmente outro aspeto, muito ligado à faceta social das bibliotecas públicas mas que não é característica do modelo latino – o apoio da comunidade. No modelo latino, utilizando a expressão de Bettiga, as bibliotecas existem independentemente dos seus utilizadores e da vontade expressa das comunidades. Nas sociedades anglo-americanas existe uma preocupação constante em saber como as bibliotecas são vistas pela comunidade, procurando ir ao encontro das suas necessidades. No contexto desta dinâmica, as bibliotecas anglo-americanas encontraram o apoio e o suporte necessários à sua sobrevivência durante as conjunturas económico-políticas difíceis e que, nos países do sul da Europa foram tão penalizadoras.

FACETA SOCIAL E POLÍTICA DAS BIBLIOTECA PÚBLICAS

Esta leitura da génese e do passado das bibliotecas públicas ajuda-nos a perceber a sua dupla faceta social e política. É na sequência dos ideais liberais que se propagam pela Europa e pelo continente americano, valorizando o indivíduo como cidadão e promovendo a igualdade de acesso à educação e à informação, que surge a ideia da criação de bibliotecas públicas. As bibliotecas públicas criadas nesta conjuntura revolucionária e de mudanças significativas têm, todas elas, a mesma naturalidade ideológica mas, nos países latinos, vão seguir percursos distintos das suas congéneres anglo-americanas. As facetas social e política das bibliotecas públicas contribuíram para o modo como o seu modelo se desenvolveu e para as matizes que o conceito de biblioteca pública apresenta nas diversas representações do seu objeto.

A faceta social das bibliotecas públicas tornou-as sensíveis e permeáveis à realidade que as envolve. O caso português de biblioteca pública enquadra-se no processo das bibliotecas latinas, progride num mesmo contexto social, político, económico e cultural que as bibliotecas francesas, italianas e espanholas. Todas as bibliotecas públicas destes países serão condicionadas pela obrigatoriedade de receção dos fundos patrimoniais confiscados ao clero. Mas estas instituições possuem igualmente uma faceta política fundamental e determinante. A primeira grande diferença entre a realidade latina e a anglo-americana advém exatamente dessa questão política. As bibliotecas públicas nos países latinos vão surgir da vontade estatal, que pretende criar uma rede nacional de bibliotecas para servir as populações, distribuídas com base na realidade da estrutura administrativa. Esta vontade terá muitas dificuldades em concretizar-se porque localmente a questão é imposta, as comunidades não estão sensibilizadas para a sua utilidade. Ainda hoje as bibliotecas públicas nestes países têm alguma dificuldade em cativar o apoio da comunidade para a sua defesa e para as salvaguardar da instrumentalização ou do abandono políticos.

Um percurso diferente terão as bibliotecas anglo-americanas. Logo na sua génese, a vontade para a sua criação vem das comunidades, o papel do Estado

coloca-se ao nível legislativo, a primeira lei a ser publicada sobre bibliotecas públicas tinha como ponto fulcral a permissão das comunidades emitirem taxas para sustentarem a criação de bibliotecas. São os contribuintes que dão parecer sobre o seu financiamento, expressando essas opiniões em referendos para o efeito. São os mesmos contribuintes que se voluntariam para assegurarem os serviços das suas bibliotecas quando estes estão em risco. Os bibliotecários anglo-americanos, por seu lado, cientes da importância estratégica do suporte das suas comunidades, têm desenvolvido uma atuação constante na identificação das necessidades dos seus utilizadores e no conhecimento da perceção que as comunidades têm sobre as suas bibliotecas. Em Portugal, nada sabemos sobre isso, o que pensam os municípios das suas bibliotecas, estarão eles dispostos a defendê-las, como defendem os serviços de saúde e as escolas?

Apesar de tudo, pretende-se partilhar um olhar esperançoso no futuro das bibliotecas públicas. Testemunhou-se que as bibliotecas, organismos dinâmicos compostos de profissionais, decisores políticos e comunidades, possuem uma capacidade de adaptação aos contextos e persistem numa busca constante do seu futuro como organizações que facilitem a relação humana com a informação. A biblioteca, como organismo em evolução, mostrou no passado a sua capacidade de mudar, não somente o que ela fazia mas também a forma de o fazer (Anglada i de Ferrer, 2011 p. 66). A mesma capacidade terá para mudar de novo, adaptando-se à nova conjuntura que poderá ser um ponto de rutura com este passado.

NOTAS

[1] Escolas de formação profissional cuja fundação e suporte se devia aos trabalhadores beneficiários.

[2] Imigrante escocês que enriqueceu na indústria do aço. Não gostava que lhe chamassem filantropo, mas simplesmente distribuidor de riqueza. Benfeitor de muitas bibliotecas norte-americanas e do seu país natal, considerava que a melhor oferta a uma comunidade era uma biblioteca, desde que essa desejasse suportá-la, à semelhança da escola.

[3] Bibliotecas universitárias, escolares, nacionais, públicas, especializadas, etc.

[4] American Library Association [www.ala.org].

[5] The Library Association, atualmente designa-se CILIP Chartered Institute of Library and Information Professionals [www.cilip.org.uk/].

[6] *Culture-plaisir*

[7] Pessoas desfavorecidas, pessoas afastadas da leitura e pessoas hospitalizadas, acamadas, institucionalizadas e presos.

[8] Quinta lei de S. R. Ranganathan

[9] Nas bibliotecas das cidades de Évora, Braga, Porto e Lisboa, por exemplo, e em bibliotecas que surgiram fruto de doação de coleções privadas, como é o caso de Leiria.

REFERÊNCIAS

BARATA, Paulo J. S. – As bibliotecas no liberalismo : definição de uma política cultural de regime. *ANÁLISE SOCIAL*. Vol. XL, n.º 174 (abr.-jun. 2005), p. 37-63.

BERTRAND, Anne-Marie – *Bibliothèque Publique et Publica Library : essai de généalogie*. Villeurbanne : Presses d'enssib, 2010.

BETTEGA, Émilie – Place et rôle des bibliothèques au sein des politiques culturelles en France, en Espagne et en Italie. [S. l. : s. n.], 2008a. Diplôme de conservateur de bibliothèque.

BETTEGA, Émilie – Les bibliothèques publiques au sein des politiques culturelles : essai d'analyse comparée. In *Quel modèle de bibliothèque?* Villeurbanne : Presses d'enssib, 2008b, p. 115-137.

ESCOLAR SOBRINO, Hipólito – *História de las bibliotecas*. Salamanca : Fundación Germán Sánchez Ruiperz, 1990.

FIGUEIREDO, Fernanda Eunice – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: atualizar para responder a novos desafios. *CADERNOS BAD*. N.º 1 (2004), p. 60-72

GOMÉZ HERNANDEZ, José – La preocupación por la lectura pública en España : las bibliotecas populares de las cortes de Cádiz al plan de bibliotecas de Maria Moliner. *REVISTA GENERAL DE INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN*. (1993) [Consult. 3 de setembro 2012] Disponível em: http://www.um.es/gtiweb/jgomez/publicaciones/bibliote_caspopulares.PDF.

GORDO, Ana Paula e PORTILHEIRO, Joaquim – A rede de bibliotecas de Leitura Pública: construção / recuperação de edifícios. 3.º CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS. 1.º Vol. Lisboa, 1990.

MAÑA TERRÉ, Teresa e MAYOL FERNÁNDEZ, Carme – Les bibliothèques publiques en Espagne. *BBF*. T. 46, n.º 6 (2001), p. 73-77.

MELO, Daniel - Alfabetização de adultos e Leitura Pública no pós-II Guerra Mundial. In *CURTO, Diogo Ramada – Estudos de sociologia da leitura em Portugal no séc. XX*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian et al, 2006, p. 153-195.

MELO, Daniel – As bibliotecas da Fundação Gulbenkian e a leitura pública em Portugal (1957-1987). *ANÁLISE SOCIAL*. Vol. XL, n.º 174 (abr.-jun. 2005), p. 65-86.

NUNES, Henrique Barreto – *Bibliotecas Públicas em Portugal: 1986-1989*. Lisboa : IPLL, 1991

NUNES, H. Barreto, PORTILHEIRO, Joaquim e CABRAL, Luís – *Bibliotecas e Leitura Pública em tempo de mudança*. Porto. APBAD, 1986. Sep. Actas do 1.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

PORTILHEIRO, Joaquim – *A Leitura Pública: uma batalha urgente e necessária*. *CADERNOS BAD*. N.º 2

(1983), p 13-19.

REBELO, Carlos Alberto – *A difusão da leitura pública*. Lisboa : Campo das Letras, 2002.

RIBEIRO, Fernanda – *A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e a ideologia do Estado Novo*. *BIBLIOTECA DIGITAL*. Universidade do Porto, 2008. [Consult. 22 de maio 2012] Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5136.pdf>.